

MPF sistematiza principais projetos legislativos de interesse de povos indígenas e comunidades tradicionais em tramitação no Congresso Nacional

Pesquisa da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (6ª CCR) tem o objetivo de acompanhar a tramitação de propostas legislativas que possam impactar nos direitos de minorias étnicas

O Ministério Público Federal (MPF) sistematizou dados sobre projetos legislativos em trâmite no Congresso Nacional que afetem direitos de indígenas, quilombolas, ciganos e outras minorias étnicas. O objetivo da ação é, além de facilitar o oferecimento de subsídios técnico-jurídicos pelo MPF ao Poder Legislativo, dar publicidade e facilitar a pesquisa por quem busca atuar na temática ou busca conhecimento sobre o assunto, garantindo transparência e otimização no acompanhamento permanente pela 6ª CCR de tais matérias.

A divulgação dos temas é especialmente relevante para os próprios titulares do direito, uma vez que a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho assegura aos índios e às comunidades tradicionais a consulta, livre, prévia e informada, sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente.

“A divulgação sistematizada de tais propostas permite o regular exercício por tais grupos serem consultados, além do acesso pelas instituições com atuação na temática, pesquisadores e pela sociedade em geral”, afirma o Coordenador da 6ª CCR, Luciano Mariz Maia, que também é Vice-Procurador-Geral da República. Para facilitar o acesso, o levantamento apresenta duas maneiras de pesquisa: uma mais geral, por temas; outra mais específica, levando em consideração as peculiaridades dos assuntos tidos como mais importantes para a 6ª CCR.

O levantamento traz os resumos das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) apresentadas pelos parlamentares que dizem respeito a grupos étnicos. Apresenta, ainda, linhas gerais das matéria relacionadas às causas indígenas, quilombolas e seus respectivos territórios. Trata também dos pescadores artesanais, das reservas extrativistas, das ações afirmativas e protetivas, matérias sobre o meio ambiente, terrenos da Marinha, patrimônio genético e questões processuais.

Por fim, expõe as propostas de estatutos dos povos indígenas e do cigano. Em todos os casos são apresentados o resumo projeto, seus apensos, informações gerais e o link para acessar a íntegra do texto.